

EM TEMPO:

O feminismo e a
luta dos
trabalhadores

(págs. 4 e 5)

Periódico Nacional Nº 219 15 de Agosto a 15 de Setembro de 1987 Ano X Cz\$ 30,00

Lula para presidente

Com a decisão do
Diretório Nacional do PT,
começou a se gestar a candidatura
que terá profundas implicações
na luta de classes
do próximo período. (pág. 3)

EDITORIAL

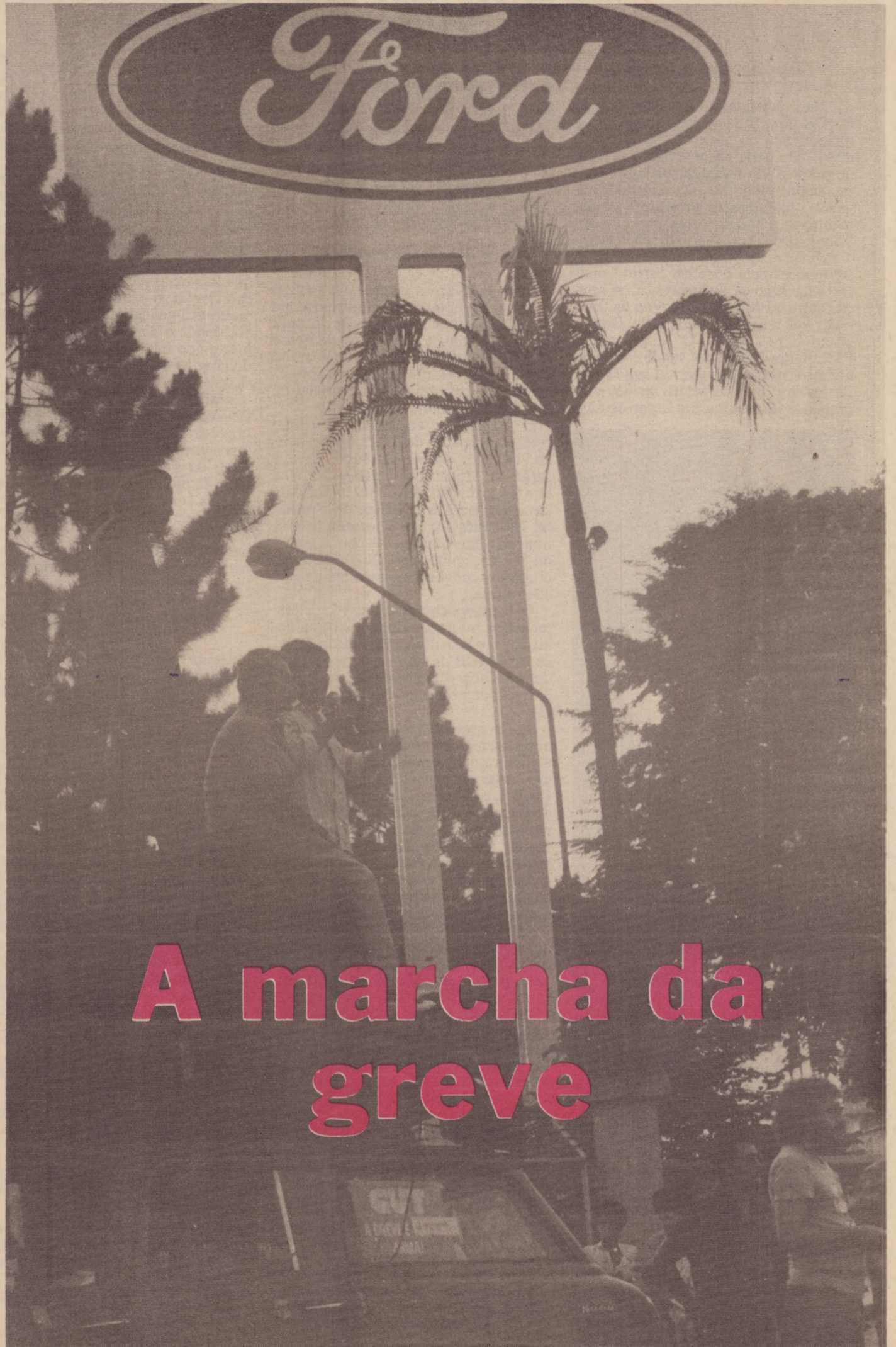
Um balanço dos cinco primeiros meses deste ano, de acordo com as informações do Dieese, indicam que cerca de quatro milhões de trabalhadores foram à greve. Em geral, movimentos contra o rolo compressor do arrocho desencadeado pela política econômica da "Nova República". Em sua grande maioria, realizadas pelos assalariados do setor de serviços.

Apesar de toda esta luta, a perda média dos trabalhadores no período foi enorme, batendo recordes na história. A grande lição: é preciso lutar juntos e ao mesmo tempo.

Mas a unidade precisa ser conquistada. Contra a consciência corporativa, contra as ameaças do governo, contra o fantasma do desemprego e também contra as manobras da CGT.

O processo de preparação da greve geral do dia 20 vem enfrentando toda esta sorte de dificuldades. Por causa das manobras da CGT, teve a sua data adiada por duas vezes. Mas, apesar de tudo isto avança.

A greve geral do dia 20 de agosto abre um semestre de grandes lutas, que devem se combinar com a campanha das diretas e a luta pelos direitos dos trabalhadores na Constituinte. A sua importância é decisiva: mesmo se parcialmente vitoriosa, ela provocará uma grande aceleração da crise do governo Sarney.



A marcha da greve

A pressão da CUT sobre a CGT abriu o caminho da convocação unitária da luta contra o Plano Bresser.

O PT e a crise do PMDB

A crise do maior partido burgueses que o país já conheceu coloca uma série de desafios táticos para o PT. Tem mais claramente início o processo de disputa de hegemonia política sobre dezenas e dezenas de milhões de brasileiros.

Juarez Guimarães

“Não considero o programa do PMDB uma Bíblia. Um partido muda quando está no governo. Se não sabe disso, não pode ser governo”. A frase do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ainda ressoa no plenário do Congresso, na opinião pública e, obviamente, no PMDB. O cinismo, embora brutal, revela uma verdade profunda.

A crise do governo Sarney expressa-se também pela crise do partido mais forte da Aliança Democrática. A relação entre o PMDB e o governo da transição vai sendo marcada pelo fisiologismo e pela crise. O programa do PMDB marcava-se por ser de conteúdo liberal e por incorporar os anseios de justiça social. O PMDB no governo pratica o inverso: aceita e patrocina a

repressão a greves, esquece o seu compromisso com a proposta de uma reforma agrária, legítima a ingerência dos militares, conduz uma política de arrocho salarial e mete-se seguidamente em casos de corrupção. Esta traição ao seu programa original e às expectativas geradas em sua imensa base eleitoral não pode-se fazer obviamente sem grandes custos e traumas.

Um casamento atritado

Com as eleições de 1986, o PMDB tornou-se amplamente majoritário no cenário político nacional. De lá para cá, ampliaram-se os pontos de atrito entre o PMDB e os anseios do governo Sarney de constituir uma base política própria, explorando as divergências no interior do PMDB.

O primeiro fato explosivo surgiu com a indicação de Joaquim Francisco, do PFL de Pernambuco, para o cargo de Ministro do Interior, o qual tem um função bastante importante para os governos estaduais do Nordeste. Na época, Arraes chegou a se pronunciar pelo rompimento com o governo Sarney, como represália, ensaiando o apoio à convocação imediata de eleições diretas.

O segundo choque ocorreria exatamente na indicação do ministro da Fazenda, em substituição a Dilson Funaro. O PMDB de fato exerceu o direito de veto sobre a indicação de Sarney (Tasso Jereissati, governador do Ceará).

A discussão do mandato de Sarney abrirá um novo flanco de hostilidade até agora não contornado. Na convenção extraordinária realizada pelo PMDB, o compromisso de não ter uma deliberação oficial do partido sobre o mandato de cinco ou quatro anos para Sarney tem um duplo significado: deixa aberta a porta para o movimento da chamada “ala esquerda” do partido envolver-se diretamente com a campanha pelas diretas; reconhece a impossibilidade das divergências do partido se acomodarem em uma questão tão fundamental.

Mais dois episódios recentes, opuseram de novo PMDB e governo, em ambos os casos com o recuo da posição original de Ulysses Guimarães: o da aplicação da Lei da Segurança Nacional aos dois acusados de incentivarem o “atentado” (sic) a Sarney no Rio de Janeiro; a formalização de um acordo com o FMI, tramada por Bresser Pereira após a sua viagem a Washington.

Todos estes fatos se referem a uma crise de identidade do PMDB, pressionado entre os seus compromissos com a transição e o desgaste que ameaça erodir a sua base eleitoral.

Auge e decadência

Podemos afirmar, sem dúvida, que o PMDB obteve em novembro de 1986 a votação mais consagrada da sua história.

Visto mais em perspectiva, esta votação marca a ascensão eleitoral gradati-

va e cumulativa do PMDB que se verifica desde as eleições de 1974. O ritmo lento da transição da ditadura explica também o ritmo em câmara lenta da ascensão do PMDB: se desde 1974 o MDB tem uma votação praticamente majoritária, ele ainda não elegeu, de modo direto e claro, o presidente da República. A natureza pactuada, negociada, da transição permite que o PMDB, como partido vencedor, acolha levas e levas dos políticos conservadores e fisiológicos da ditadura sem que isto ocasione traumas eleitorais. A característica profundamente anti-democrática da legislação eleitoral vai favorecendo o partido “oficial”, ao mesmo tempo em que este desfruta ainda do charme de “grande partido de oposição”.

Assim o PMDB chegou ao seu auge eleitoral e este marca o início do seu processo de decadência. É inevitável que a natureza conservadora e anti-popular do PMDB, revelada na sua gestão à frente dos governos, vá deslocando esta sua base eleitoral de dezenas e dezenas de milhões de pessoas. Mas este processo de deslocamento está apenas começando, não é automático e marcará ainda um longo período da luta de classes no país.

A luta interna no PMDB

Desde que o antigo MDB foi criado, a sua unidade foi sempre fruto de uma intensa e profunda disputa. Já na origem, a corrente radicalizada do populismo petebista que havia sobrevivido a 1964 teve que conviver com as “raposas” moderadas de uma ala do PSD. Com o corte das cabeças mais combativas em 1968, o partido ganharia um perfil basicamente de centro-direita, com uma postura de oposição quase — zero a ditadura. A lição dos votos nulos em 1970, uma certa renovação dos deputados que depois viriam a constituir o grupo autêntico, moveram o partido para a esquerda. O resultado foi a grande votação em 1974 e de lá para cá o PMDB viveu sempre a partir do equilíbrio de uma “ala esquerda” minoritária mais bastante ativa, um setor conservador mais numeroso e um centro estabilizador, personificado por Ulysses Guimarães.

O processo de criação do PP em 1979 quase permitiu uma inclinação decisiva do PMDB para um perfil de centro-esquerda. Mas a evolução posterior acabaria por firmar o perfil de centro-direita: a reincorporação do

PP, o processo do Colégio Eleitoral e tudo o que se sabe.

O estudo do professor David Fleischer (ver ao lado) confirma esta verdadeira mutação conservadora que o PMDB foi sofrendo.

O processo de formação das diversas correntes hoje no PMDB deve pois ser entendido neste contexto. O que há de novo não são estas disputas internas, mas dois elementos: o peso mais minoritário da chamada “ala esquerda” e o fato do partido estar agora com responsabilidades de governo, o que torna muito mais difícil a acomodação das diferenças.

O PT e o peemedebismo

Desde a sua fundação, o PT se viu confrontado com a sombra opressiva do PMDB. À proposta de sua criação opunha-se a idéia, defendida pelos setores então mais fortes da esquerda, de manutenção de grande “frente das oposições”. Em 1982, o partido foi esmagado nas urnas pelo voto plebiscitário e pela vinculação dos votos. Em 1984, sofreu uma enorme pressão para apoiar a transição e chegou a perder para o PMDB vários parlamentares. Podemos dizer que, apesar de toda esta pressão, o PT conseguiu abrir o caminho, garantir a sua independência de classe, constituir-se como um polo.

O período que se abre na relação do PT com o PMDB é, portanto, novo em desafios. Tem início de forma mais ampla de milhões e milhões a disputa de hegemonia política entre o PT e o PMDB.

O partido precisa formular, pois, toda uma tática para a disputa desta hegemonia. Não basta apenas o discurso genérico de combate à “traição do PMDB”. É preciso conhecer a fundo este partido, inclusive nas suas diferenças regionais. Explorar a fundo e de forma sistemática as suas contradições. Formular alternativas.

É preciso especialmente ter uma política especial de atração, de estímulo ao rompimento, de todas as correntes que mantêm vínculos com o movimento operário e popular, e que, por causa disso, ficam em uma situação mais contraditória dentro do PMDB.

Se até hoje a história do PMDB e do PT tem se cruzado em conflitos, é correto dizer agora que o PT só avançará se for derrotando, quebrando a espinha dorsal, no plano ideológico, político e organizativo, do maior partido burgueses que o Brasil já conheceu.

Quem é quem no PMDB

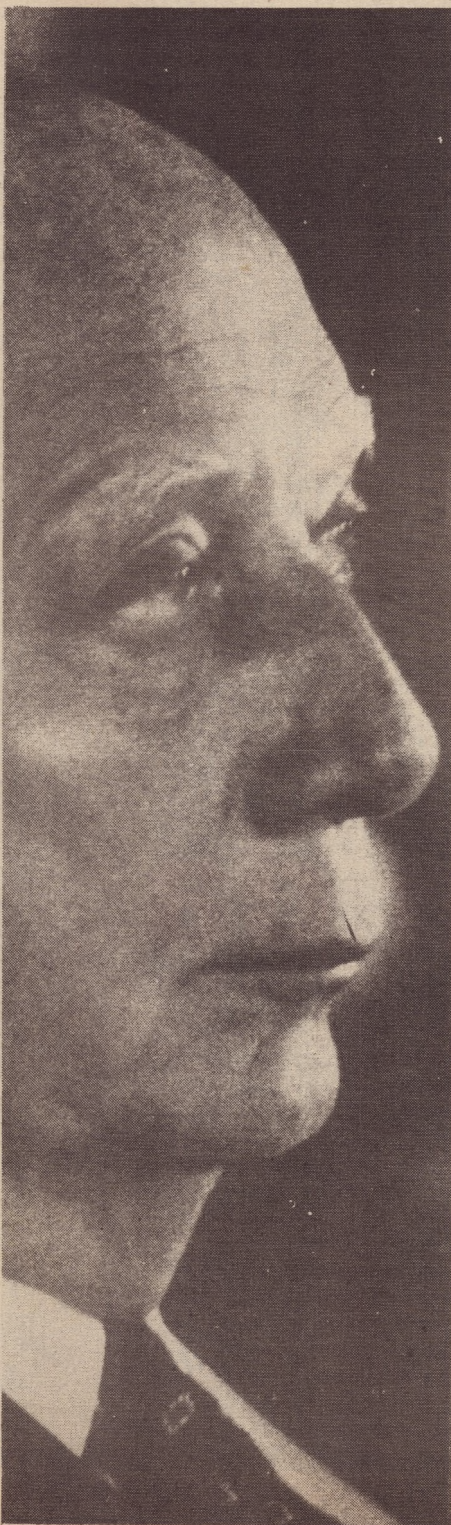
* Da antiga Arena estão no Congresso Constituinte 217 parlamentares. O antigo MDB tem apenas 166 representantes em 1987.

* Dos 298 constituintes do PMDB, 40 eram do PDS em 1983, 42 eram da Arena em 1979 e passaram para o PMDB em 1983.

* Do total de constituintes eleitos em 1986 pela sigla do PMDB, 39% pertencem à classe capitalista — proprietária e mais de 20% à classe capitalista rural.

* Quase a metade dos constituintes, 211, recebe a maior parte de sua renda do capital, assim entendidos os investimentos e a propriedade.

* Dados do estudo do professor David Fleischer sobre a composição do PMDB e da Constituinte.



Um semestre de grande lutas

O barômetro da conjuntura indica tempo instável, sujeito a chuvas e trovoadas, para o governo Sarney.

Entre a estrondosa vitória eleitoral da Aliança Democrática em 15 de novembro do ano passado e este agosto de 1987 muitas águas rolaram. A tendência da conjuntura é claramente a de um desgaste crescente e de enfraquecimento do governo Sarney.

O maior fator de desgaste do governo continua a ser a luta travada pelo movimento sindical, mesmo que esta tenha ocorrido de forma desarticulada. Nos primeiros cinco meses do ano, de acordo com os dados do Dieese, mais de 4,2 milhões de trabalhadores foram à greve contra o arrocho de seus salários (ver matéria na página 6).

Em segundo lugar, o crescimento das divergências no interior da Aliança Democrática contribuiu para abrir enormes brechas para o questionamento do governo. Com o resultado eleitoral, o PMDB conquistou a maioria absoluta no Congresso Constituinte e o governo de todos os Estados do país, com exceção de Sergipe. A estabilidade da base de sustentação política do governo passou a depender de forma crucial do comportamento deste partido, do choque de suas alas. A convenção extraordinária do PMDB foi, neste contexto, um marco: a não definição sobre a du-



ração do mandato de Sarney reflete a dificuldade do PMDB, pressionado entre os seus compromissos com a transição e o desgaste frente às suas bases eleitorais.

O crescimento da insatisfação popu-

lar com o governo e as fraturas na Aliança Democrática abriram o espaço para o crescimento da campanha pelas diretas-já, que tem no PT o seu principal propulsor. Essa campanha traduz e resume todas as mudanças políticas desde o Colégio Eleitoral: a história é retomada ali onde havia parado — na traição ao movimento pelas diretas — só que com uma dinâmica mais classista e mais profunda.

Claros indícios

Os sinais do desgaste do governo estão por todos os lados: é profundo na maioria da população e começa a penetrar nas próprias bases empresariais. A revista *Exame* de 5 de agosto de 1987 chegou aos seguintes resultados após uma pesquisa realizada entre empresários e executivos: 6,7% querem eleições diretas este ano; 52,2% em 1988; 23,9% em 1989; 12,7% em 1990. A posição favorável de 60% dos consultados à realização de eleições diretas para presidente este ano ou no ano que vem resulta do reconhecimento da incapacidade do atual governo em ter uma política econômica estável. Um presidente legitimado pelo voto direto teria condições de dar um encaminhamento definitivo à renegociação da dívida externa e de implantar uma política salarial.

O Plano Bresser navega também em um clima de descontentamento, muito diferente daquele da época da edição

do Cruzado. De acordo com a pesquisa realizada pela *Folha de S. Paulo*, 65% dos brasileiros entrevistados em oito capitais avaliam que o Plano Bresser não está dando certo. Este porcentual deve seguramente aumentar nestes próximos meses com a retomada da inflação.

Três fatores estão a indicar que o segundo semestre será marcado por grandes mobilizações políticas de massa. O Congresso Constituinte entrará no período de debates e votações decisivas. O dia 20 de agosto abre uma nova temporada de lutas unificadas do movimento operário, com a realização da greve geral convocada pela CUT e pela CGT. A campanha pelas diretas-já promete ressoar com força nas praças das principais capitais do país.

É muito mais do que o prazo de duração do governo Sarney o que estará sendo decidido neste semestre. Depois do Colégio Eleitoral é o primeiro momento possível de consolidar um movimento político de massas de contestação à "Nova República" em escala nacional. Assim, ao mesmo tempo que poderemos ver uma derrota importante do projeto político da coalizão das classes dominantes mais poderosas da história do país, poderá estar se construindo a base de um bloco operário e popular, alavanca de transformações profundas na vida política e social do país.

Diretório Nacional propõe

Lula para presidente

Um passo fundamental, uma decisão que terá certamente um lugar de destaque na história do partido. Reunido nos dias 1 e 2 de agosto, o Diretório Nacional do PT tomou, por ampla maioria, a seguinte resolução: "O Diretório Nacional do PT reafirma sua luta por eleições diretas já e apresenta às forças democráticas e populares um programa de governo alternativo à Nova República. Entende que deve ter candidatura própria quando conquistadas as diretas e reafirma que seu candidato natural é o companheiro Lula. Mas compreende que é preciso uma discussão ampla nas bases do partido sobre a questão, onde poderão se apresentar outros nomes, sendo o Encontro Nacional o local apropriado para aprovação e lançamento de uma candidatura à presidente da República".

A resolução aprovada tem, portanto, o caráter de uma decisão a ser consolidada em amplas discussões pelos militantes e referendada em dezembro próximo pela instância máxima de decisão do partido. O próprio plano de lançamento da candidatura deve ser bastante esclarecido em vários aspectos.

O seu valor reside principalmente em

três aspectos: combina a idéia de que a luta pelas diretas deve avançar desde já combinada com a construção de um governo alternativo ao da "Nova República". Ocupa ofensivamente o espaço da oposição à esquerda do governo Sarney, consolidando a idéia de independência de classe frente às propostas de Brizola e da "ala esquerda" do PMDB. Dá mais visibilidade à presença do PT na conjuntura, aumentando a sua capacidade de polarização e de crescimento.

Um debate a ser feito

A decisão de lançamento da candidatura de Lula à presidência da República coloca nas mãos do partido uma ferramenta poderosa de fazer política. Como usá-la melhor para os interesses dos trabalhadores, é a questão que abre um rico debate a ser feito nestes próximos meses.

Pelo menos três grandes questões estão em pauta. A primeira delas é a definição de qual o sentido exato da candidatura: se ele deve ser a expressão estrita, própria do PT ou se deve procurar construir um leque de alianças políticas em torno a certos eixos de um programa definido? A candidatura de Lula



pode ser um canal de expressão política de setores organizados do movimento sindical e popular ainda não partidariados, pode acelerar o processo de rompimento de correntes reformistas do movimento operário (como o PCB e do PC do B) com a "Nova República" ou estimular o progresso de dissidências do PMDB e do PDT.

O segundo ponto polêmico que se

abre é sobre o programa desta candidatura. Retomamos assim, em um patamar mais elevado, as discussões feitas pelo partido quando do lançamento das candidaturas aos governos estaduais e municipais. O desafio aqui é formular um programa de corte socialista que traduza as reivindicações das amplas massas e, ao mesmo tempo, aponte para a ruptura do Estado burguês e dos poderes dos grandes monopólios.

Por fim, há toda uma discussão sobre a relação do lançamento da candidatura com um plano de avanço da organização operária e popular no país. Será mais urgente a necessidade de um jornal nacional de massa do PT. Será criado por todo o país um impulso à organização de núcleos de apoio à candidatura. Esta cobrará do PT uma postura mais ofensiva de organização dos seus militantes nas várias entidades do movimento sindical e popular.

O lançamento da candidatura de Lula à presidência do país, além de uma bofetada no rosto elitista da política tradicional e burguesa vigente no país, certamente acordará um sentimento de auto-confiança e disposição de luta dos trabalhadores tão importante como foi a criação do PT.

Feminismo e luta

A incorporação de elementos da luta pela libertação das mulheres ao movimento geral dos trabalhadores tem avançado no último período. Entretanto a assimilação teórica e prática do feminismo se confronta cotidianamente com a reprodução de um dos aspectos importantes da ideologia burguesa - o machismo.

Tatau Godinho

O aumento do número de mulheres na força de trabalho, um crescimento de sua atividade pública — social e política — a existência de um movimento de mulheres ainda que disperso e o desenvolvimento de iniciativas por parte da burguesia frente às suas reivindicações têm forçado o movimento dos trabalhadores a incorporar aspectos importantes da luta pela libertação das mulheres. Já não é mais estranho que um dirigente sindical ou político faça referência, em seu discurso, à maior opressão e exploração das mulheres no trabalho e mesmo à dupla jornada.

No entanto, se existe hoje uma compreensão mais generalizada dos aspectos econômicos relacionados à opressão e exploração das mulheres e seu papel na manutenção do capitalismo, estamos ainda longe de uma compreensão mais ampla dos mecanismos de reprodução desta opressão e da relação entre a dominação de classe e o patriarcalismo — isto é, a ideologia e a prática da dominação masculina. Mesmo a vanguarda do movimento, os setores mais politizados do PT e da CUT, tem tido dificuldade de compreender a necessidade da luta pela libertação das mulheres como um aspecto específico da luta revolucionária e incorporar o feminismo como um elemento essencial na luta pela construção do socialismo. Essas dificuldades relacionam-se fundamentalmente a dois aspectos. Em primeiro lugar, à não compreensão efetiva do papel ativo que a ideologia burguesa e patriarcal — os valores, a moral, a educação etc — jogam na manutenção não apenas da opressão das mulheres, mas na dominação capitalista sobre a classe trabalhadora como um todo. O segundo aspecto relaciona-se ao papel que os homens desempenham nesta opressão, por obterem privilégios materiais, pessoais, afetivos, sexuais etc, decorrentes da subordinação das mulheres.

Os fundamentos da opressão da mulher

A opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e competição de interesse e

privilégios dentro do proletariado; assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos e aumentar a situação de desumanização, alienação do proletariado, dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência como classe dominada e, portanto, da sua capacidade de revolta.

Do ponto de vista ideológico, os mecanismos centrais para a manutenção da opressão das mulheres e para sua superexploração dentro do capitalismo são a permanência da forma de família patriarcal que reproduz os valores mais reacionários da ideologia burguesa e que determina a forma da divisão sexual do trabalho; a divisão entre a vida pública e a vida privada; a existência de uma dupla moral baseada na hipocrisia e na mercantilização das relações pessoais; o cultivo da violência e do poder masculino, o machismo, sobre as mulheres; a manutenção de ideologias religiosas conservadoras.

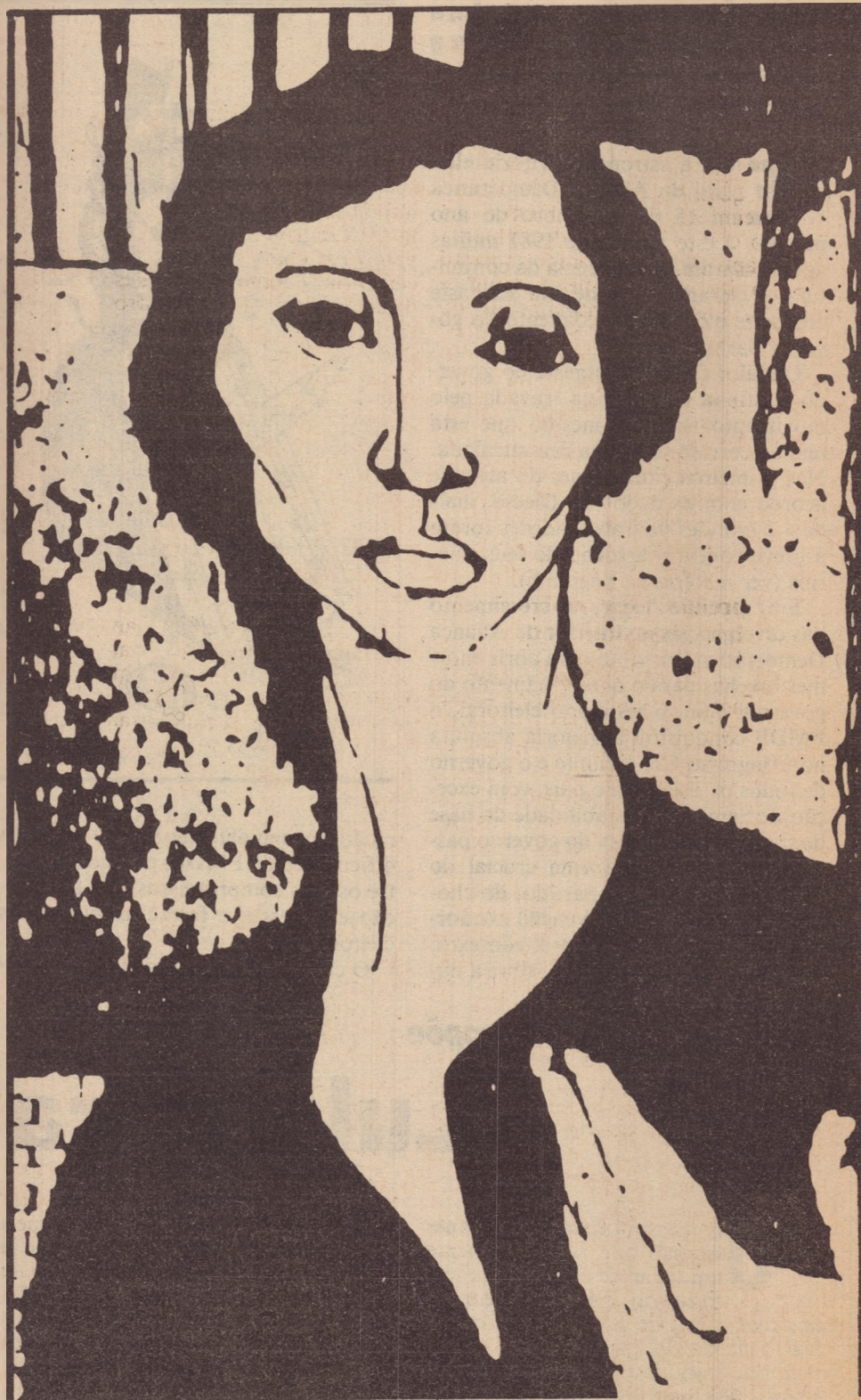
O peso e a importância destes mecanismos e a contradição entre os interesses de classe do proletariado e os privilégios que os homens enquanto gênero mantêm devido a opressão das mulheres são tão grandes, que a subordinação e opressão das mulheres se mantêm nas sociedades onde a classe trabalhadora tomou o poder.

A partir desta análise, ressaltamos duas questões: primeiro, a necessidade da organização própria das mulheres, da construção de um movimento autônomo de mulheres; e, em segundo lugar, a necessidade de incorporar na luta pelo desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora um questionamento da ideologia machista e um combate permanente contra as formas de sua manifestação cotidiana, individual e coletiva.

Interesses individuais x interesses de classe

Se não é tão difícil compreender que a opressão das mulheres favorece a dominação capitalista, já não é tão fácil aceitar que existe uma contradição entre os interesses dos trabalhadores enquanto classe e os privilégios que todos os homens, de todas as classes, desfrutam devido à posição subordinada das mulheres na sociedade, o que significa que os homens da classe trabalhadora possam ter algum interesse na perpetuação do patriarcalismo. A divisão sexual do trabalho no capitalismo, embora favoreça a burguesia enquanto classe, favorece os homens enquanto um setor da sociedade. Além disso, a violência masculina, as ameaças e o desrespeito sexual, a dominação masculina na família e nas relações pessoais, no movimento operário, dentro dos partidos e organizações políticas da classe trabalhadora, a prepotência masculina etc, são problemas com que as mulheres têm que se defrontar cotidianamente no seu convívio com os homens da classe trabalhadora.

Se por um lado não podemos considerar que os trabalhadores homens, principalmente os que desenvolvem uma consciência revolucionária, vão sempre colocar seus interesses pessoais acima de seus interesses de classe, não



podemos menosprezar o peso material desses privilégios e a sua incorporação na consciência dos homens e, portanto, a dificuldade de romper efetivamente com eles. Um rompimento que faz parte da luta conseqüente contra a existência de relações alienadas e opressivas, mesmo que para os homens isso signifique abrir mão da parte privilegiada que lhes toca nesta relação.

O aspecto político das questões pessoais

A separação entre a vida pública — o trabalho, a escola, a militância — e a vida privada — a família, os relacionamentos pessoais, a sexualidade — é um elemento importante da ideologia burguesa.

A vida privada é o campo privilegiado da reprodução dos valores burgueses e patriarcalistas. É na vida privada, pessoal, que a incorporação destes valores é feita mais facilmente de forma acrítica, na medida em que se isola de um questionamento social e se enraíza na consciência individual. E neste campo o movimento operário, em geral, se encontra profundamente debilitado para o combate político. O descaso pelas questões de transformação pessoal, a redução da luta política às tarefas imediatas do movimento, a limitação da luta de classes ao campo econômico e político imediato de combate à burguesia revelam, na verdade, uma redução da perspectiva política e da luta revolucionária e uma incapacidade de, questionando todos os aspectos da moral burguesa, agir de acordo com esta crítica e iniciar desde já o processo de constru-

dos trabalhadores

ção de uma moral e de uma ética revolucionárias que orientem o comportamento e as relações pessoais e sociais. Esta ausência significa, na verdade, a reprodução na prática da dupla moral que tem como um de seus aspectos o comportamento tão comum do "revolucionário na rua, reacionário na família", ou quando está fora de assembleias e reuniões. É a mesma lógica que orienta o comportamento do militante que se aproveita do comportamento submisso incorporado pelas próprias mulheres, inclusive companheiras do movimento, devido à educação repressiva, ou ainda reforça em suas próprias companheiras a reprodução do papel tradicional de mãe, esposa e dona-de-casa porque isso lhe permite, ao homem, maior liberdade para a atividade política, e ainda lhe garante o "privilegio" de desenvolver outras relações afetivas e sexuais sem a "interferência" das esposas.

O preconceito contra o homossexualismo

Todas as formas de preconceitos e discriminações reforçam divisões entre os trabalhadores e facilitam portanto a dominação. Relacionado à reprodução da moral burguesa, destaca-se ainda o enraizamento na consciência dos trabalhadores do preconceito contra os homossexuais. Para uma sociedade onde a família patriarcal é um elemento essencial de sua sustentação, é fundamental manter a sexualidade associada à reprodução e restrita a um padrão que corresponda a este papel, negando aos indivíduos, homens e mulheres, o direito de desenvolver relações afetivas e sexuais que não se enquadrem no utilitarismo a que a burguesia reduz as relações pessoais. Além disso, o homossexualismo coloca em cheque a dominação patriarcal — a dominação masculina nas relações pessoais e sociais — e é visto, portanto, como uma ameaça ao poder machista, o que o transforma em alvo privilegiado da agressividade e violência masculinas.

Os obstáculos à participação política das mulheres

Uma das dificuldades do combate político às discriminações, aos preconceitos, ao machismo é a forma camuflada ou sutil com que às vezes se manifestam, o que não diminui o peso negativo que têm sobre as mulheres. Transparecem na linguagem, nas piadas, nas brincadeiras, no intervalo das reuniões, na falta de seriedade nas discussões que envolvem a questão da mulher, nas relações entre companheiros e companheiras, no desrespeito à capacidade política das militantes mulheres, na ausência de uma política clara para seu desenvolvimento geral como militantes.

É inevitável que a decorrência de tal situação seja o aumento das dificuldades de participação política das mulheres.

A sociedade já impõe várias barreiras que restringem o seu desenvolvimento e atuação política: a divisão sexual do trabalho (a não divisão das tarefas domésticas); a ausência de equipamentos

sociais (creches, lavanderias, cantinas); a educação de que a política é atividade masculina; a insegurança, o medo da violência física e sexual que dificulta sua participação em determinados locais e horários; a educação diferenciada que incute a submissão etc. Se além de todas as dificuldades já impostas pela sociedade, as mulheres encontram na militância política um meio onde continuam a ser tratadas pelos próprios companheiros como "cidadãos de segunda categoria", como "militantes de segunda categoria", onde se confrontam com o mesmo tipo de desrespeito e agressividade em relação ao seu sexo, onde são vistas primeiro como uma "possível transa" e não como militantes e companheiras, onde enfrentam constantes agressões verbais e psicológicas, a militância se torna às vezes insuportável e mesmo impossível.

Dificuldades maiores no movimento sindical

No movimento sindical, ambiente essencialmente masculino, marcado pela dureza e embrutecimento a que a exploração capitalista procura reduzir a classe trabalhadora, o comportamento machista e preconceituoso é extremamente acentuado e generalizado. Nem mesmo os setores ou militantes homens que se colocam como a vanguarda política do movimento têm desenvolvido um combate político conseqüente neste campo. Se por um lado o movimento sindical começa hoje a reconhecer minimamente o papel econômico da opressão e exploração das mulheres e a existência de reivindicações específicas, mesmo que ainda não incorpore efetivamente a luta e as reivindicações das mulheres, por outro lado, a postura dos militantes sindicais em geral, inclusive dos que se colocam como vanguarda política em vários outros aspectos, reflete uma assimilação acrítica dos aspectos mais reacionários da ideologia e da moral burguesa e machista, no que diz respeito às mulheres.

É parte do comportamento geral aproveitar-se da posição de dirigentes, do prestígio do cargo e até mesmo da estrutura do movimento para "conquistar" ou forçar relacionamento com as mulheres. A utilização da autoridade efetiva ou da "autoridade moral" de dirigentes ou simplesmente de militante mais experientes é uma forma de coerção que nem sempre se manifesta pela força ou pela violência. Para as mulheres trabalhadoras, as novas militantes que vão ter sua primeira experiência política neste ambiente, o choque com a agressividade, as cantadas constantes, o desrespeito, o acossamento e disputa entre os vários militantes homens tem um efeito extremamente negativo, que não apenas afasta um bom número de mulheres do sindicato, mas se torna também um empecilho a mais para o desenvolvimento de sua consciência política e como mulheres, de sua consciência feminista. Neste aspecto, o comportamento de grande parte dos militantes em nada difere do comportamento dos patrões e chefes, que se utilizam de sua posição para conseguir "favores" afetivos e sexuais por parte das mulheres.

Mais grave ainda é a criação de

uma **cumplicidade masculina** que acozarda no silêncio os companheiros que desenvolveram uma posição crítica e uma compreensão do feminismo, mas não têm coragem de fazer um combate público, pois este é o preço necessário para não serem ridicularizados pelos outros companheiros. É fundamental que as mulheres organizadas, as Comissões de Mulheres, estejam à frente desta luta e comecem a romper com o silêncio e a condescendência frente ao atraso ideológico dos companheiros homens.

A importância do feminismo

A compreensão e incorporação efetiva do feminismo, o combate permanente contra as manifestações dos valores burgueses e patriarcais e do comportamento daí decorrente são questões políticas centrais de um projeto de construção do socialismo que não se limite ao campo das transformações econômicas. Colocá-las à margem da "grande política" da luta de classes é capitular frente

a um dos pilares essenciais da dominação, que é a ideologia da classe dominante, e não compreender o peso político e econômico de sua assimilação pelos trabalhadores. O rompimento radical implica a necessidade de, também aqui, adotar um ponto de vista materialista e compreender que os companheiros homens, na sua condição de membros de um grupo opressor, educados com as idéias de dominação sobre o sexo feminino e que usufruem privilégios pessoais com a opressão das mulheres, não rompem automaticamente com esta situação pelo simples fato de desenvolverem outros aspectos de sua consciência e atuação política. Neste plano a coerência política e revolucionária, se manifesta no combate permanente para criar, desde hoje, as bases para a construção de um novo homem e uma nova mulher, revolucionários por inteiro que colocam em cheque a assimilação e reprodução da moral, dos valores, enfim da ideologia burguesa e patriarcal por parte dos trabalhadores.

Um julgamento do aborto



Sexta-feira, dia 24 de julho, a cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul (40 quilômetros de Porto Alegre), viveu uma experiência inédita. Não é sem justificação que os 150 mil habitantes do município viram estampado, nas bancas de jornais, segunda-feira, a manchete "LUTA, MARIA — A VITÓRIA DO ABORTO NO JÚRI SIMULADO".

Na noite de sexta-feira, a Câmara de Vereadores esteve lotada (cerca de 300 pessoas), quando o grupo de mulheres "LUTA, MARIA" realizou o júri simulado que trouxe à discussão a questão do aborto. Por unanimidade de votos (7x0) o júri, composto por representantes de vários setores, absolveu a ré, Maria Antonina (interpretada por uma militante do grupo). Nas duas páginas que o jornal dedicou ao assunto ressaltava, ainda, o "avanço que este tipo de acontecimento significa para uma cidade conservadora como Novo Hamburgo".

Com a proposta de emenda popular pela legalização do aborto circulando por todo o país e a resistência ferrenha de amplos setores da Igreja, somado aos retrocessos da Constituinte, a discussão do tema entrou na ordem-do-dia, surgindo a proposta de realização de um TRIBUNAL DA MULHER (júri simulado), onde entrariam em certa as mais variadas personagens: um juiz, advogado de defesa, promotora, a ré, testemunhas e um corpo de jurados de grande representatividade, constituído por um jornalista, o presidente do Sindicato dos Sapateiros, uma mulher negra, a presidenta do Sindicato dos Bancários, um empresário, o presidente da Câmara de Vereadores e um pastor.

No final, a ré foi absolvida por unanimidade pela prática de aborto, com declaração de votos pelos jurados. No centro das argumentações, a ilegitimidade do Estado condenar o aborto sem, no entanto, garantir a vida; e a liberdade da mulher dispor do seu próprio corpo, do seu prazer e da sua autodeterminação.

Balanço das lutas no primeiro semestre:

Onda de greves contra o arrocho

A análise do processo de luta desse primeiro semestre (janeiro/maio) permite extrair lições importantes, verificar o quadro geral da dinâmica vivida pelos trabalhadores brasileiros nessa conjuntura.

Ao todo tivemos no período janeiro/maio cerca de 530 greves, sendo onze nacionais, por categorias: metalúrgicos, bancários, funcionários públicos federais, médicos residentes, músicos, professores universitários, marítimos, mergulhadores de 50 empreiteiras ligadas à Petrobrás, economistas, marítimos da LLOYD Brasileira e funcionários do Banco Central, com uma greve de advertência de uma hora. Ao todo, cerca de 4 milhões de trabalhadores cruzaram os braços.

Esse quadro geral é uma demonstração inequívoca da disposição, da vontade dos trabalhadores de defenderem os seus direitos. É um quadro de enfrentamento de classe. Suas greves nacionais e várias outras que englobaram trabalhadores de várias regiões expressam o sentido, a necessidade, o caminho da unidade de forças nacional para os enfrentamentos contra os patrões e o seu governo. Todo esse processo tem uma raiz de unidade objetiva, que é expressada nos eixos de suas reivindicações.

Base das reivindicações metalúrgicas

No mês de janeiro, os metalúrgicos paulistas fizeram quatorze greves. Uma lista geral de suas reivindicações inclui: aumento de salários, disparo do gatilho, equiparação salarial, readmissão de membros das CIPAS e de grevistas, adicional de insalubridade, estabilidade no emprego, transporte gratuito, creches, criação de comissões de fábrica e, na Metalúrgica Scopus, como um dos itens, "a mesma participação para todos nos lucros da empresa", além de vários outros. Quando busca-se encontrar o eixo básico entre todas as greves verifica-se que os itens referentes a aumento de salários esteve presente em treze das quatorze greves realizadas. A luta pelo salário é portanto o móvel principal desse processo.

Há, contudo, uma combinação importante que se dá entre a luta pelo salário e a defesa da readmissão de membros das CIPAS e grevistas, em alguns casos, e em outros, pela organização de comissões de fábrica. Uma combinação entre defesa do salário e de ativistas com o processo de organiza-



Greve Geral do dia 20: unificar e dirigir a disposição de luta dos trabalhadores contra o Plano Bresser-FMI

ção de base, que expressa um aspecto novo e muito importante na dinâmica vivida pelos trabalhadores.

O eixo fundamental, no entanto, encontra-se sem dúvida nas reivindicações salariais. O processo nos outros meses expressa um eixo semelhante.

Greves nacionais: eixo das reivindicações

Das onze greves nacionais de categorias destacaram-se a dos bancários, a dos professores e a dos marítimos.

A greve dos bancários tinha como reivindicações 100% de reajuste sem inclusão dos 20% referentes ao disparo do gatilho, estabilidade no emprego por um ano e fixação de um piso salarial. Apesar da capacidade de mobilização e organização demonstrada, apesar de integrar 700 mil trabalhadores, a categoria não obteve as reivindicações pelas quais a greve foi deflagrada.

O movimento dos professores pedia um Plano Único de Carreira, aposentadoria integral, isonomia salarial aos docentes das autarquias e fundações, conforme tabela elaborada pelos docentes e a ser corrigida pelo índice do custo de vida do DIEESE. Essa greve foi vitoriosa. Na verdade a situação das universidades estava

insustentável, houve um achatamento tão brutal dos salários dos professores que produziu uma enorme defasagem entre os salários e o mercado. Dificilmente poderiam as universidades manter a grande maioria dos professores sem atender às reivindicações da categoria.

Já a greve dos marítimos, reivindicava reajuste de 275%, férias de 45 dias a cada seis meses, incorporação no salário de 60 horas extras mensais, além de vários outros itens. De acordo com um estudo do DIEESE havia uma defasagem salarial que variava de 180% a 326% entre os marítimos e outros trabalhadores que atuavam na mesma função. Quando o Tribunal Superior do Trabalho declarou que a greve era ilegal, os sindicatos nacionais e os portos foram ocupados pelos fuzileiros navais. Com isso vários marítimos ficaram em cárceres privados nos navios atracados. Como resultado final foi assinado o acordo, com exceção do LLOYD Brasileiro, com aumento de 120% no piso salarial, não punição dos grevistas e pagamento dos dias parados.

Todas essas greves tinham como eixos básicos as reivindicações econômicas, salariais, e como resultado geral, ou conseguiram bem menos do que reivindicaram, ou foram der-

rotadas. Essa é a fotografia desse processo de luta.

Um dos seus aspectos mais importantes é que foram fundamentalmente greves nacionais de setores de serviço. Podemos dizer que apenas a dos marítimos tinha um corte operário. Esse aspecto deve ser considerado na elaboração de qualquer política direcionada à mobilização dos trabalhadores.

Base objetiva

O fato de encontrarmos em todo esse processo o eixo das reivindicações centrado fundamentalmente nas questões econômicas expressa uma base muito concreta: a política de arrocho salarial imposta pelo governo da "Nova República". Calcula-se que o salário médio real sofreu uma queda nos últimos 18 meses entre 30% e 40%. Walter Borelli, diretor do DIEESE, calcula que houve uma queda dos salários na Grande São Paulo, desde o início do Plano Cruzado até o final de junho, de 37,74% e estima que até o final de julho em cerca de 45%. Portanto, a afirmação de que estamos vivendo o maior arrocho salarial da história do país comprova-se brutalmente.

A revista *Senhor* comenta um estudo do economista José

Dutra Getúlio Vargas, tendo por base o salário-mínimo e os salários de quatro categorias profissionais, comprovando que o salário médio dos bancários foi reduzido, nesse primeiro semestre, a 67,37%; o dos gráficos a 68,42%; o dos metalúrgicos a 73,93%; o dos jornalistas em 64,89% e o salário-mínimo em 61,23%.

Existe portanto uma perda sistemática do poder de compra dos trabalhadores, tão dura que expressa-se na queda acentuada no comércio de bens alimentícios. A dramaticidade da situação pode ser compreendida melhor considerando-se que, conforme pesquisa recente do IBGE, 42% dos trabalhadores brasileiros recebem apenas o salário-mínimo. Ou seja, quatro entre dez brasileiros trabalham por um salário-mínimo ou menos. No Nordeste esse índice é de 62,6%. E esta dramaticidade é acentuada quando o atual salário-mínimo de Cz\$ 2.200,00 é o mais baixo da história do país. O DIEESE afirma que ele não é suficiente para cobrir a ração básica prevista pela legislação. Para cobrir todas as despesas (alimentação, habitação, vestuário, transporte e saúde) seu valor básico deveria ser de Cz\$ 15.953,28.

Existe uma base objetiva de luta e unidade dos trabalhadores: é a luta contra o arrocho salarial. Falar em arrocho salarial é falar da política global da "Nova República", da qual a política econômica é uma das pilstras básicas. Não era possível, nessa conjuntura, um assalto mais direto e brutal ao bolso do povo que o determinado pelo Plano Bresser que, entre outras coisas, adiou o pagamento dos resíduos e es- queceu a inflação de junho.

A luta dos trabalhadores tem concretamente um centro: derrotar a política econômica da "Nova República". Não é possível, no entanto, derrotar essa política econômica sem a luta unitária e massiva dos trabalhadores nacionalmente. Não é possível derrotá-la sem combinar a luta econômica com a exigência de "fora os responsáveis por ela", sem "fora Sarney", sem "Diretas-já". Afirmações como a de Luiz Antonio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, de que "eu não faço greve política", na verdade tenta desconhecer todo esse processo objetivo. Só que Luiz Antonio não desconhece, apenas trata de conscientemente desempenhar o papel de agente dos interesses da "Nova República" entre os trabalhadores. O resto é engodo.

A CUT, a CGT e a greve geral

A organização do processo de greve geral em resposta ao Plano Bresser teve até agora um dos seus maiores obstáculos na dificuldade em construir a unidade de ação com a CGT. Três datas foram marcadas: a do dia 15 de julho, marcada indicativamente pela CUT; a do dia 12 de agosto, recusada pelo setor majoritário na CGT (aceita, no entanto, pelo PC do B e pela direção da Contag); finalmente, a do dia 20 de agosto, acordada pela executiva nacional da CUT com o conjunto da CGT.

A dança das datas não é gratuita. Reflete processos profundos em curso no movimento sindical: a relação de unidade e disputa entre a CUT e a CGT; um processo de mudança da correlação de forças no interior da própria CGT.

O entendimento destas duas questões será de fundamental importância para a CUT dirigir o processo de unificação das lutas no próximo período.

A relação da CUT com a CGT

Temos sempre enfatizado o notável fortalecimento da CUT desde a sua fundação em agosto de 1983. Este fortalecimento pode ser medido por vários meios: a conquista das direções de sindicatos para a CUT, a presença desta na esmagadora maioria das greves realizadas no país — inclusive nas experiências de greves nacionais por categoria — a construção de aparelhos próprios da CUT, o seu grau de unidade muito maior do que o verificado na CGT, a organização de oposições sindicais.

Podemos nomear inclusive as razões fundamentais que justificam este avanço da CUT. A central que representa o polo de independência de classe se beneficia do poderoso ascenso das lutas sindicais, que se desdobra há vários anos e que não foi quebrado pela transição burguesa. A central que representa o projeto de conciliação de classes é permanentemente enfraquecida pela pouca possibilidade de construção de um pacto social quando a política econômica do governo é claramente antioperária.

Este fortalecimento da CUT levou a uma situação em que ela ocupa uma posição hegemônica, de liderança nos principais polos ativos do movimento sindical. Essa constatação não pode menosprezar, no entanto, a força que a CGT possui.

Na principal concentração de trabalhadores do país — a Grande São Paulo — a CGT dirige o maior sindicato (o dos metalúrgicos), além de outros muito importantes como o dos eletricitários, dos motoristas, dos metalúrgicos de Osasco e de Guarulhos. A CGT dirige ainda a grande parte dos sindicatos da Baixada Santista e a maior parte dos sindicatos rurais do estado. E também sindicatos metalúrgicos chaves, como os de Porto Alegre e o da cidade do Rio de Janeiro.

A influência da CGT é ainda amplamente majoritária entre os sindicatos rurais, através da direção da Contag. Dirige, por exemplo, um dos núcleos mais importantes de trabalhadores rurais, que é o da Zona da Mata de Pernambuco.

Pode ser constatada ainda a influência da CGT naquela massa de trabalha-

As mudanças que vêm ocorrendo no interior da CGT colocam novas possibilidades de unidade de ação e indicam questões candentes para a construção da CUT.



dores ainda desorganizados, sem uma experiência maior de luta como são em geral os trabalhadores da construção civil e os comerciários, além de um número de categorias menores.

Este peso da CGT significa uma grande inércia, um grande fator de contenção das energias do movimento. Trabalhar para uma greve geral com a neutralidade ou até o apoio formal da CGT ou de parcelas da CGT tem, portanto, muito mais eficácia do que preparar esta mesma greve geral contra a CGT, tendo os seus aparelhos e influência, o seu poder de fogo, voltado contra a greve. Isto é tanto mais verdade quanto se sabe que o governo e os meios de comunicação ampliam, repercutem ao máximo cada postura da CGT.

É significativo inclusive que os dois únicos processos parciais de greve geral realizados pelos trabalhadores — em 21 de julho de 1983 e 12 de dezembro de 1986 — tenham sido convocados unitariamente pelo conjunto das forças do movimento sindical.

As mudanças dentro da CGT

Tudo isso não quer dizer em absoluto que a CUT deva submeter suas propostas ao veto na prática da CGT. Significa apenas que um dos pontos centrais da tática da CUT é exatamente o de como trabalhar a política de unidade e pressão com a CGT.

Para traçar esta política é fundamental conhecer a realidade atual da CGT, as divergências internas que inclusive jogaram um grande peso na discussão travada recentemente sobre a data da greve geral.

A CGT hoje pode ser dividida em três setores fundamentais, cuja evolução nos últimos dois anos dão o sentido geral da evolução da central.

O setor majoritário hoje na CGT é o que dá sustentação política e material a Joaquinção, o atual presidente. É composto basicamente pelas direções das Confederações, isto é, por dirigentes que têm uma trajetória de décadas de parasitagem no aparelho sindical, de desenraizamento das bases do movimento. Como um setor desvinculado dos processos de mobilização — poderíamos chamá-lo de “peleguismo tradicional” — apresenta-se hoje como incapaz de responder a várias questões colocadas pela conjuntura.

O setor reformista (que não tem uma política unificada no interior da CGT, representado pelo PCB, PC do B e pela direção da Contag) tem perdido espaço gradativamente no interior da central. Sua política inicialmente vitoriosa no congresso de novembro de 1983, quando foi criada a Conclat — mais uma coordenação de uma articulação sindical do que uma central — foi sendo derrotada nos vários eventos que resultaram na formação da CGT. Apesar disto, representa o setor com maior capacidade de mobilização da CGT.

Finalmente, autonomizando-se do setor pelego tradicional, surge nestes últimos anos o setor que poderíamos chamar de “pelego moderno”. Com uma forte influência do sindicalismo americano, tem em Rogério Magri, presidente do sindicato dos Eletricitários de São Paulo, o seu principal representante (sua política é financiada por polpudas verbas oriundas do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre — IA DESIL). Outro expoente deste setor é Luiz Antônio, recentemente eleito para a direção dos metalúrgicos de São Paulo e que se celebrizou a partir de suas declarações contra a jornada de 40 horas e a estabilidade no emprego. Desbancando Joaquinção da CGT, este setor tem possibilidades de se afirmar co-

mo a direção da CGT no período próximo.

O acerto do adiamento

A avaliação de que há dentro da CGT um setor reformista que entrará em uma contradição cada vez maior com os rumos do setor majoritário indica que há um espaço importante para a CUT exercer uma pressão permanente na unidade na ação e incentivar o descolamento destes setores. Isto seria um golpe profundo na CGT.

Se isso é correto, não teria sido melhor a direção nacional da CUT ter mantido a data da greve para o dia 12 de agosto, aprofundando a dinâmica diferenciada entre o PC do B e a direção da Contag e o resto da central? Uma das questões que pesou para a direção da nacional da CUT decidir o adiamento foi exatamente a debilidade da preparação da greve geral, principalmente na cidade de São Paulo e no A.T.C. paulista.

O adiamento da data da greve propiciou tanto a manutenção da pressão sobre os setores reformistas, como significou a diminuição do espaço para os setores mais direitistas da CGT trabalharem contra a greve. Tanto isto é verdade que Luiz Antonio, que se posicionava antes contrariamente à greve geral, tentando realizar um acordo “por fora” com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, viu-se forçado a apoiar pelo menos verbalmente a greve após a unificação da data.

Os reformistas e a CUT

Muitos companheiros se perguntam se esta política de unidade de ação não levaria à entrada dos reformistas na CUT, o que poderia descaracterizá-la como uma central classista, que se opõe à burguesia e que seja democrática.

Na verdade, a pergunta deve ser apresentada de forma inversa: por que estariam alguns setores reformistas com tendências a ingressar na CUT? Estas direções se vêem sempre diante de uma pressão contraditória: de um lado, a pressão do aparato sindical, a pressão do estado burguês ao qual estes setores têm, em níveis distintos, uma integração e uma política de colaboração; de outro, uma pressão objetiva exercida por suas bases vinculadas ao movimento operário. O fato de haver uma tendência destes setores ingressarem na CUT representa de forma inequívoca o processo de fortalecimento da CUT como central hegemônica. Mais do que tudo representa uma vitória de uma política classista que vem sendo construída.

A tendência da CUT é de cada vez mais perder as características de expressão de um setor do movimento sindical para ganhar os contornos de uma entidade de frente única. Assim, neste processo é necessário deste já se buscar as formas de aglutinação dos setores classistas do movimento sindical. A discussão clara da construção da atuação sindical do PT, da organização da ação de forma unitária dos ativistas sindicais ligados ao partido, deverá, portanto, ser o elemento fundamental para a garantia da manutenção dos princípios históricos da CUT, de independência e de democracia.

Polêmica

A relação partido-sindicatos é um dos temas clássicos da história do movimento operário. Mas da variada experiência internacional dos trabalhadores não podemos extrair uma fórmula geral que resolva esta questão. A boa tradição recomenda que procuremos enfrentar este problema com base na realidade viva, procurando, no entanto, absorver os conhecimentos teóricos acumulados a partir da luta internacional dos trabalhadores.

Assim, ao propormos a formulação que entendemos que o PT deve assumir, defendemos aspectos "clássicos" da relação partido(s) — sindicatos. E o ponto de partida é uma distinção clara entre o caráter da organização partidária e o caráter da organização sindical: a primeira, o partido, como uma organização política de vanguarda (e de massas também) e, portanto, com regras próprias a esta condição; a segunda, o sindicato, como uma organização que procura unificar toda a massa, que se contrapõe à exploração capitalista, mas que também se insere no interior das relações sociais deste sistema. Apesar de limitados por esta condição estrutural, os sindicatos trazem um potencial de ação de massas que pode ultrapassar a mera luta por reformas e lhes permitir constituírem-se até em instrumentos de expressão da energia revolucionária dos trabalhadores. Este potencial, no entanto, não se atinge espontaneamente. Depende de uma intervenção consciente do(s) partido(s) que se coloca(m) na perspectiva da revolução.

É frente a esta questão que o PT deve desenvolver sua política sindical e, em particular, sua política de construção da CUT.

É uma questão que ainda não está resolvida pelo partido, apesar de termos já uma linha sindical que dá contribuições neste sentido. Para assumirmos concretamente o papel de desenvolver as potencialidades do sindicalismo classista representado pela CUT temos de evitar um duplo equívoco: por um lado, o de querer "resolver" as dificuldades de construção do PT como partido

revolucionário através de uma concepção que atribui um papel partidário à CUT, o que, na prática, seria negar a tarefa específica e fundamental de construção partidária e, ao mesmo tempo, inviabilizar a construção da própria CUT; de outro lado, a partir dos impasses que o PT tem enfrentado, querer impor limites ao desenvolvimento da CUT, subordinando-a artificialmente ao estágio já atingido pelo PT, negando assim o enfrentamento e a superação dos problemas de construção do PT.

Orientações fundamentais

Defendemos um sindicalismo classista, democrático e independente, o que significa um sindicalismo organizado em torno de quatro eixos:

— *independência dos sindicatos com relação ao Estado*: é imprescindível lutar contra qualquer controle que a burguesia queira impor sobre os sindicatos, para que estes possam ser organismos que sirvam à luta;

— *democracia nos sindicatos*: para que haja a mais ampla participação, melhores condições para a unidade de classe, para que seja melhor o seu desempenho na luta de classes e para que os sindicatos sejam uma escola de democracia operária, que prepare os trabalhadores para o exercício futuro do poder;

— *a busca de unidade da classe*, de participação da massa: entendemos o sindicato como o mais elementar organismo de frente única (reunindo todas as correntes da classe, desde os reformistas até os revolucionários);

Os dois equívocos na relação do PT com a CUT



— *uma linha de ação sindical combativa*, voltada para a permanente mobilização da classe para a defesa de seus interesses.

Um sindicalismo que reúna estas características desempenhará um papel revolucionário, na medida em que contribuirá para unificar os trabalhadores, para mobilizá-los como classe contra a burguesia, dando portanto uma contribuição fundamental para a construção de uma alternativa dos trabalha-

dores.

O papel político dos sindicatos

Aqui, temos de voltar à questão: em que medida o movimento sindical, pode ter um caráter político?

É claro que a luta sindical e os sindicatos assumem obrigatoriamente características políticas. Um sindicato tem de procurar, em primeiro

lugar, organizar o conjunto dos trabalhadores da sua base para a luta na defesa de seus interesses, antes de mais nada econômicos. Mas as lutas econômicas têm também um caráter político, tão logo se ampliem: por exemplo, uma luta que seja também contra a política econômica do governo, contra o plano Bresser. Determinados métodos de luta — como a greve — adquirem por si mesmos um caráter político, tão logo se en-

frentem com a repressão. E, além disso, os sindicatos devem participar de lutas mais amplas, de interesse geral dos trabalhadores (como a luta pelas diretas-já).

O limite para o alcance político da atividade dos sindicatos é dado pela necessidade de manter seu caráter de organismos de *frente única*, que devem ser capazes de unificar a ampla maioria da classe (este limite pode portanto variar, conforme a classe como um todo avance mais ou não).

A Linha Sindical do PT coloca corretamente esta questão: *a CUT e os sindicatos não devem ficar restritos às bandeiras econômicas. Ao fazer com que a CUT e os sindicatos assumam bandeiras políticas, os petistas devem ter o cuidado de que estas bandeiras expressem as aspirações, reivindicações e necessidades das grandes massas e não só de uma parcela dos trabalhadores. (Linha Sindical do PT, maio/junho de 1986, pág. 23).*

A partir daí, podemos avançar na definição do papel que a CUT e os sindicatos devem ter na construção da alternativa dos trabalhadores.

A CUT e os sindicatos devem ser a expressão da independência de classe dos trabalhadores no plano sindical. Isto quer dizer sobretudo uma prática de classe independente, que desenvolva a consciência de classe dos trabalhadores, que os coloque em movimento na luta por seus interesses, contra a burguesia, seu Estado e seu regime econômico. *Enquanto a burguesia procura canalizar para si e para dentro do seu sistema econômico o conjunto das reivindicações e propostas dos trabalhadores, nós*

⇒ sabemos que as "soluções" que apresenta só têm o sentido de reforçar a exploração e a dominação de classe. Por esta razão, as soluções que propomos têm o sentido de fazer avançar a consciência dos trabalhadores nas suas próprias forças e no seu projeto social. Em cada luta e nos momentos de enfrentamento mais geral procuramos confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo. (Resolução do II Congresso Nacional da CUT).

Destá forma, os sindicatos, sem adotar um programa de luta pelo poder, o que exigiria uma consciência política mais avançada do que a do conjunto da massa, adquirem uma dinâmica anticapitalista e socialista.

Esta compreensão do papel da CUT na construção de uma alternativa dos trabalhadores, impulsionando uma prática sindical e política de classe, é inteiramente coerente com a política de unificar o proletariado numa perspectiva de independência política, como parte de um esforço de construir uma alternativa global dos trabalhadores. Claro que a CUT só desenvolve um aspecto desta política — cabe aos partidos (na verdade, fundamentalmente ao PT) desenvolver a política no seu conjunto. Contudo mesmo neste plano da unidade dos trabalhadores numa perspectiva de classe, a CUT ainda não é suficiente.

A política de frente única

A CUT não organiza todos os trabalhadores sob sua direção. Há setores desorganizados e há setores sob a direção da CGT. É fundamental que a CUT (além de ter uma política de unidade de ação com outros setores) busque trazer para si o conjunto dos sindicatos. Isto significa continuar lutando pelo crescimento da CUT, e para trazer para ela setores que estão na CGT. Com sua força crescente, a CUT é um polo de atração cada vez maior.

Ampliar a CUT significa disputar a direção de sindicatos que ainda não

estão filiados a ela, mas também trabalhar para trazer para a CUT correntes políticas que estão hoje no campo da CGT, como do PCdoB e PCB. Alguns companheiros podem achar que trazer estes setores para a CUT seria contraditório com a linha que queremos para a Central, já que eles têm uma política reformista, de conciliação de classes. Mas o caso é que é possível trazê-los para a CUT sob a hegemonia dos setores classistas. A luta pela hegemonia que hoje se desenvolve entre a CUT e CGT não desaparecerá, mas seria trazida para o interior da CUT, em condições amplamente favoráveis para nós e para a organização das lutas de classe.

Isto não significa defender a "reunificação da CUT e da CGT" — política que é criticada com razão na Linha Sindical do PT, que implicaria — como está dito aí — em questionar conquistas fundamentais da CUT. Significa simplesmente dizer que estes setores reformistas podem ser forçados a vir para a CUT em condições desfavoráveis para a sua política de conciliação e favoráveis para os interesses classistas (se os setores classistas estivessem muito fracos, o caso poderia ser o inverso).

A hegemonia classista

Até agora, a CUT combinou as características de uma central sindical com as de uma corrente política ampla que leva posições classistas no movimento sindical. Isto não foi fruto de nenhuma concepção, mas sim resultado do seu processo de formação, da separação da CGT. Na prática, a CUT tem funcionado quase como uma corrente sindical do PT.

Este quadro tende a mudar. O próprio fortalecimento da CUT leva a ampliar sua heterogeneidade política, puxando para o seu interior posições abertamente reformistas ou muito confusas. Tudo isto é positivo, vai no sentido de aproximar a CUT de uma central única, o que é um elemento básico de uma proposta de sindicalismo classista, democrático, independente e de massas.

Contudo, isto trará também à tona a questão da luta pela conservação da hegemonia classista na CUT. Esta será o palco de disputas permanentes entre posições políticas muito diferenciadas, das mais reformistas às mais revolucionárias, passando por vacilantes e chegando às esquerdistas e sectárias.

Destá forma, a organização da intervenção dos militantes petistas na CUT, a sua unificação, que já é parte de nossa compreensão estratégica da construção do PT como partido revolucionário, adquirirá uma importância ainda maior. Caberá aos petistas, fundamentalmente, garantir a hegemonia classista na CUT, e seu caráter de central democrática e independente.

Para isto há várias condições:

a) o aprofundamento das definições do PT, tanto em geral, no próprio caráter do partido, quanto no campo sindical, permitindo que alcancemos um grau de unidade política mais elevado;

b) a superação do tipo de enfrentamento sectário que tem caracterizado os próprios petistas em vários processos sindicais, e que teve uma grande responsabilidade na nossa derrota nas eleições dos metalúrgicos de SP;

c) a existência de uma efetiva democracia em todos os planos, no PT e na CUT. Fundada sob princípios da democracia operária, a CUT hoje vive o desafio de vencer as visões exclusivistas e as práticas burocratizantes, frente às quais é necessário mais do que a defesa dos estatutos democráticos que regem a CUT. É necessária uma ação consciente de defesa permanente do exercício da democracia interna, da compreensão de que as relações entre os setores que compõem a CUT e que para ela confluem devem se pautar pela ação comum no movimento e pela integração, no interior da CUT, das várias experiências sindicais. Muitas vezes as diferenças refletem visões em processo de formação e ainda não consolidadas (particularmente se tomamos as visões que simultaneamente fazem parte da CUT e do PT).

Gorbatchev e a Nicaragua

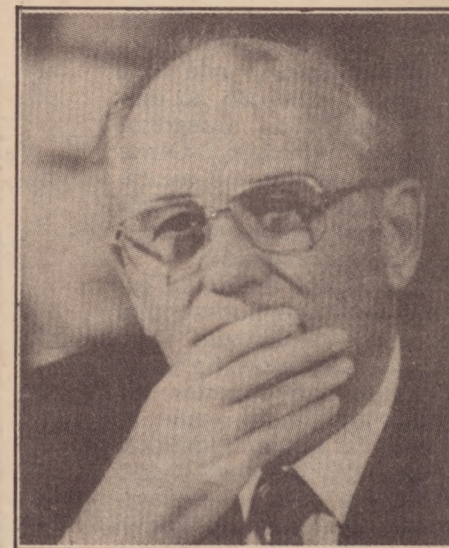
As negociações entre a URSS e os EUA em torno à chamada opção "superzero" referente aos mísseis, tem colocado na mesa — pela diplomacia ianque — os problemas do Afeganistão e da Nicarágua. Os EUA exigem que a URSS retire as suas tropas do Afeganistão e reclama que o Kremlin se abstenha de intervir na América Central e não reaja frente aos ataques americanos à Nicarágua. Ortega, enquanto isso, afirma que nada deveria ser discutido sobre o seu país nas reuniões de cúpula, já que a Nicarágua não participa delas.

A reação da imprensa nicaragüense diante da redução das importações de petróleo provenientes da URSS e seus países aliados, foi atenuada pelo Ministro da Cooperação, o qual afirmou que "a URSS jamais deixou de cumprir os seus compromissos". Mas as declarações do embaixador soviético no México realçando que são os países latino-americanos os que devem ajudar a Nicarágua, parecem confirmar esta redução.

As pressões imperialistas parecem começar a ter resultados com a redução da venda de petróleo da URSS à Nicarágua.

Moscou apenas acreditou na revolução centro-americana após 1979. Criticou abertamente o "esquerdismo" dos movimentos de libertação destes países. Parecia ao governo russo que a Nicarágua estava mal situada para resistir. Se Brezhnev felicitou a FSLN a partir de 20 de julho de 1979, é só depois da visita dos sandinistas a Moscou, em 1980, que é acertada uma ajuda econômica.

Esta continua muito reduzida até 1981. Com a chegada de Reagan ao poder, a FSLN solicita à URSS (da mesma forma que a outros países europeus) ajuda para reforçar a sua defesa. A URSS respondeu mais rápida e generosamente que os outros países e se converteu a partir de 1982 no segundo fornecedor de créditos à Nicarágua (150 milhões de dólares, ou seja, 27% do total, oito milhões efetuados mediante doações). Desde 1983, Manágua foi admitida como observadora no seio do Comecom (como o Iraque, o México, a Finlândia) e espera obter um acréscimo de suas exportações para os países membros. A ajuda militar cres-



ceu mas continua sendo insuficiente ante as necessidades da guerra.

No que diz respeito ao apoio político, este continua sendo modesto. Foi apenas diante da invasão de Granada, que Moscou deu a conhecer seu apoio à Nicarágua, rechaçando todo o aventureirismo nesta região e apoiando as soluções negociadas do tipo Contadora. O compromisso cubano se efetuou discretamente no plano militar, e no plano político se manifestou muito mais claramente.

Por sua vez, a Nicarágua quis manter uma atitude internacional independente. Absteve-se quando do voto na ONU contra a invasão do Afeganistão, pronunciou-se claramente contra a invasão do Líbano e recusou boicotar os Jogos Olímpicos de Los Angeles.

A URSS conhece bem as dificuldades dos países latino-americanos submetidos às pressões dos Estados Unidos através da dívida e do FMI. Além disso, "seus desejos piedosos" sobre um possível aporte de trigo argentino ou de petróleo mexicano para a Nicarágua ignoram esta realidade e o preço que a Nicarágua deveria pagar por uma ajuda eventual.

Uma coisa é certa: no momento em que o governo da Nicarágua tem de anunciar novas restrições que, apesar da mobilização popular, não podem senão debilitar o nível de vida das massas, a redução da ajuda soviética assustará um golpe duro à economia nicaragüense.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Arabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Álvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n° 2.769

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n° 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.000 — Fone 27-4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; Florianópolis: Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; Goiânia: Caixa Postal 469 — CEP 74.000; João Pessoa: Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; Recife: Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

Oito anos de revolução na Nicarágua

Por Roberto Kopec

A presença de Oliver Tambo, dirigente das lutas do povo sul-africano, e das brigadas internacionalistas coloriram a cidade de Matagalpa.

Sob uma grande faixa de saudação ao dirigente do Congresso Nacional Africano, Oliver Tambo, quarenta mil nicaraguenses celebraram na cidade de Matagalpa o oitavo aniversário da sua revolução.

Matagalpa é a sede do governo da região norte-central da Nicarágua. Fazendo fronteira com Honduras, é a região que mais sofreu nestes seis anos de agressões permanentes financiadas e organizadas pelo governo dos Estados Unidos. Não muito longe dela, o engenheiro americano Benjamin Linder, brigadista de apoio à revolução, foi assassinado em abril passado.

Milhares de trabalhadores e camponeses compareceram à manifestação apesar do crescimento dos ataques e das ameaças dos contras nas últimas semanas. Milhares de reservistas do exército nicaraguense foram mobilizados ao longo das estradas para garantir a segurança dos viajantes.

Destacando-se entre as bandeiras e faixas erguidas na manifestação, estavam as de várias brigadas internacionalistas de solidariedade, como a dos professores dos Estados Unidos, a Brigada Roberto Clemente de Porto Rico e brigadas da Itália e da Suíça. Uma enorme faixa carregada por metalúrgicos da Alemanha Ocidental dizia: "somos operários, somos internacionalistas".

Compartilhando o palanque com dirigentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e com membros do governo da Nicarágua, estavam Oliver Tambo e o dirigente da luta pela independência de Porto Rico, Irving Flores. O conhecido cantor americano Kris Kristofferson cantou a música "Sandinista", que ele compôs em homenagem ao aniversário da revolução.

Oliver Tambo foi o orador estrangeiro convidado. Durante a manifestação, foi condecorado com a faixa da Ordem Carlos Fonseca. A FSLN a conceceu a Oliver Tambo por causa de sua contribuição, juntamente com Nelson Mandela, "à luta que toda a humanidade está travando pela definitiva eliminação da discriminação racial".

Tambo, em agradecimento, afirmou que a faixa da Ordem Carlos Fonseca "é mais do que o reconhecimento de que compartilhamos uma comuni-



dade de objetivos, ou seja, a liberdade, a paz, o direito a autodeterminação, democracia e progresso. É também o reconhecimento de que os nossos povos enfrentam o mesmo inimigo: o imperialismo. Enquanto o povo da Nicarágua tem que enfrentar diretamente o imperialismo norte-americano, o povo da África do Sul está confrontando o maior aliado norte-americano na África, o regime de Pretoria".

Oliver Tambo também se referiu à luta de Angola e Moçambique para defender a sua independência contra a Unita e a Renamo, ambas organizações contra-revolucionárias sustentadas pelo imperialismo, da mesma forma como "os nicaraguenses foram forçados a defender a sua revolução contra os mercenários do imperialismo".

"Tanto como o seu triunfo em 1979 foi uma grande ajuda à nossa luta", concluiu Tambo, "a mais poderosa solidariedade que nós podemos expressar a vocês é derrotar o apartheid e construir uma África do Sul não racista e democrática". O discurso de Oliver Tambo foi repetidamente interrompido por aplausos e refrões de "A África do Sul vencerá" e "Liberdade para Nelson Mandela".

Não a um novo Vietnã

Falando após Oliver Tambo, o presidente da Nicarágua

Daniel Ortega lembrou que no discurso de 18 de julho, o presidente Ronald Reagan reivindicou mais recursos para o financiamento dos contra-revolucionários. A resposta da Nicarágua, continuou Ortega, é "reivindicar mais solidariedade com o povo da África do Sul e sanções contra o regime racista da África do Sul".

O alvo do discurso de Ortega foi a criminosa guerra contra-revolucionária dirigida pelo governo dos EUA. "Esta não é uma guerra de baixa intensidade", ele enfatizou. Os estrategistas do Pentágono deram este nome a ela, disse Ortega, para "tranquilizar o povo dos Estados Unidos, que teme que a sua juventude tenha de se alistar e morrer em um novo Vietnã na América Central".

Muito ao contrário de uma guerra de "baixa intensidade", acentuou Ortega, a agressão dos contras "é uma guerra de intervenção cujo objetivo é destruir a revolução popular sandinista". É uma guerra que lança mão de "todas as formas de agressão e de terrorismo estatal em todas as frentes: militar, econômica, social, política e ideológica."

Desde 1981, um total de 43.176 nicaraguenses, incluindo os contras, foram mortos ou feridos, denunciou Ortega. Apenas no primeiro semestre de 1987, informou, mais de seis mil nicaraguenses foram mortos ou feridos e as perdas materiais somaram 51,6 milhões de dólares.

Os efeitos negativos na economia advêm do fato de que quase a metade do orçamento nacional tem de ser orientado para os gastos de defesa militar. Ortega descreveu como a proporção do orçamento da Nicarágua dedicado à defesa cresceu, de cerca de 20% nos anos 1981-1984 para 34% em 1985, um total de 38,5% em 1986 e 46,3% em 1987.

A economia da Nicarágua também tem sido bastante afetada pela crise econômica internacional do capitalismo e a deterioração dos termos de comércio entre os países imperialistas e os países subdesenvolvidos. Preços baixos para os produtos responsáveis pelas maiores receitas de exportação da Nicarágua, como o café e o algodão, combinaram-se com uma violenta queda da produção causada pela guerra. Em 1981, relatou Ortega, as exportações da Nicarágua superaram os 449,8 milhões de dólares. Em 1986, elas diminuíram para 229 milhões de dólares.

Os pilares das resistência

Apesar dos crimes cometidos contra a Nicarágua, e das pressões econômicas, a agressão americana "está sendo contida e derrotada pelo povo da Nicarágua", afirmou Ortega. Em seguida, o presidente da Nicarágua discorreu sobre os fatores que têm permitido esta resistência vitoriosa.

Em primeiro lugar, está "a luta de todo os setores da sociedade nicaraguense que participaram do Serviço Militar Patriótico e das unidades de reserva". Também decisiva para derrotar a agressão, Ortega acrescentou "tem sido o aprofundamento da reforma agrária, que significou a distribuição de 5,5 milhões de acres de terras aráveis para 103.000 famílias" desde o triunfo da revolução. Ortega prometeu que a revolução vai "continuar a garantir terra para todos os camponeses que quiseram terra para trabalhar".

Daniel Ortega também assinalou o papel do processo de autonomia da Costa Atlântica, onde muitos dos negros e índios nicaraguenses vivem. De fato, no dia anterior, uma organização dos índios Miskitos que chegaram antes a combater o governo sandinista (Pro-Peace Kisan), enviou uma declaração saudando o oitavo aniversário da revolução. Eles prometeram "continuar aprofundando e consolidando o processo de paz, autonomia e desenvolvimento, ameaçado hoje pelo poder mais forte do mundo: o imperialismo norte-americano."

Outros fatores que têm influido na derrota dos contras têm sido o reassentamento de camponeses das zonas de guerra, e a lei de anistia, explicou Ortega. Cerca de 9.500 pessoas que deixaram a Nicarágua, muitos deles para apoiar os contras, retornaram ao país com o programa da anistia.

Apesar das vitórias da Nicarágua e do apoio internacional que tem recebido, "devemos deixar claro que não há perspectiva, nenhuma possibilidade de negociação com o governo dos EUA "para por fim à guerra", disse Ortega. "E não porque a Nicarágua seja um obstáculo a estas negociações, mas porque o governo dos EUA não quer uma solução pacífica, não quer que a revolução se mantenha viva e quer destruí-la a qualquer custo."

Nestas condições, Ortega acrescentou, "precisamos de um diálogo entre os governos da América Central. Precisamos de um diálogo entre os EUA e a Nicarágua. Precisamos ações mais decisivas da parte do povo dos EUA de modo que não ocorra aqui um novo Vietnã na América Central".

Uma festa internacionalista

Rio de Janeiro

Diretório Nacional defende democracia partidária

João Machado

Uma das questões mais importantes enfrentadas pelo Diretório Nacional do PT na sua reunião de 1 e 2 de agosto foi a da participação de dois militantes do partido em uma Secretaria da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Já há alguns meses o prefeito Saturnino Braga havia lançado a idéia da ampliação da sua base política, e dirigido ao PT o convite para discutir a participação no seu governo. Já naquela época Saturnino enfrentava problemas com Brizola e se sentia pouco confortável preso ao PDT. Assim, esta questão foi uma das polêmicas centrais no Encontro do PT realizado em maio no Rio de Janeiro, que elegeu um Diretório Municipal provisório.

Embora vários setores do partido estivessem tentados pela proposta do prefeito, não se sentiram em condições de defender diretamente a participação na sua administração (Saturnino acabava de se tornar o primeiro prefeito a

cortar o gatilho dos funcionários). Por isso, o debate polarizou-se entre a manutenção da oposição à administração Saturnino e a adoção de uma posição de "independência". A primeira ganhou por ampla maioria, com quase 70% dos votos dos delegados.

Em julho, a questão voltou a se colocar, a partir da ruptura de Saturnino com o PDT, a conseqüente demissão de um dos seus Secretários (Maurício Azedo) e o lançamento da proposta da "Frente Rio". O prefeito convidou dois militantes petistas, Sergio Andreas e Cesar Benjamin, para assumir respectivamente as funções de Secretário e Sub-secretário da Promoção Social.

Estes companheiros, apesar de sua longa experiência inclusive na direção do partido, resolveram aceitar sem nenhuma consulta, e muito menos aprovação, dos organismos dirigentes partidários. Entendiam os companheiros que com a saída de Saturnino do PDT e o lançamento da "Frente Rio" a situação deixava de ser a que tinha sido analisada no Encontro de maio.

A questão de se as novidades chegariam a justificar a participação na administração Saturnino poderia ser discutida, naturalmente. Até agora, contudo, nada indica que este seja o caso: não houve nenhuma mudança da política seguida pela Prefeitura; as divergências de Saturnino com Brizola não se deviam a algum posicionamento seu mais à esquerda, mais preocupado em defender os interesses populares, mas sim fundamentalmente ao conhecido caudilhismo do chefe do PDT, a seus métodos de condução do seu partido. Inclusive Saturnino tem-se mostrado muito menos opositorista à Nova República, para dizer o mínimo.

Por outro lado, os rumos da "Frente Rio" ainda são completamente nebulosos — é correto por um lado participar das discussões a respeito com os outros partidos envolvidos (PSB, PCB, PC do B, e eventualmente o PV, setores dissidentes do PMDB e do PDT), mas só com uma definição precisa da sua política e com conseqüências claras para a administração do Rio é que a partir dela poderia ser correto recolocar a participação na Prefeitura.

Todo o rigor

Mas o problema principal não é esse. Mesmo se fosse certo participar da Prefeitura, é evidente que só a direção do partido ou um novo Encontro poderiam defini-lo. É completamente inaceitável que qualquer militante tome uma posição desta individualmente, e imponha ao partido um fato consumado, argumentando que "acha que a situação mudou". Quem se envolve com a entrada de Sérgio e César na Secretaria é o PT como um todo.

A partir da decisão dos dois militantes, o Diretório Municipal chamou-os

para uma discussão, avaliou que as mudanças ocorridas não justificavam que o PT entrasse na prefeitura, e solicitou aos dois companheiros que deixassem os cargos. Diante da recusa deles, suspendeu-os até o próximo Encontro Municipal do partido, onde a questão seria rediscutida.

Posteriormente, diante da manifestação de vários núcleos, o Diretório Regional alterou esta decisão, desligando Sergio Andreas e estabelecendo a suspensão de César pelo dobro do tempo em que ficasse na Secretaria, além de censurar vários companheiros que haviam comparecido à posse dos dois na Secretaria. O Diretório Nacional anulou todas estas punições, entendendo que os procedimentos regimentais do PT (como o exame do caso por uma Comissão de Ética) não haviam sido respeitados.

Mas, além disso, o Diretório Nacional reafirmou a incorreção da atitude de indisciplina dos dois companheiros, recomendando a eles que deixem a Secretaria, e decidindo que enquanto não o fizerem, prevalece a sua suspensão das atividades do partido. O que é incrível é que nem diante desta manifestação do organismo dirigente máximo do PT Sérgio Andreas e César Benjamin aceitaram acatar a posição do partido.

Com uma tamanha incompreensão da democracia partidária, é difícil até discutir seriamente. A Comissão de Ética especial do Diretório Nacional que examinará o assunto deve tratá-lo com todo rigor, sob pena de total desmoralização da disciplina partidária. Caso contrário, estaremos enfrentando o risco até de desagregação do PT diante das múltiplas possibilidades de alianças e dos vários cantos de sereias que o crescimento do partido certamente trará.

Estudantes do PT realizam encontro nacional

Os estudantes petistas dão os primeiros passos para a construção de uma intervenção unificada do partido no movimento estudantil. Nos dias 7, 8 e 9 de agosto realizou-se o 1º Encontro Nacional de Estudantes do PT (ENEPT), contando com a presença de 25 delegados e 56 observadores. Participaram também no ENEPT, na condição de observadores, estudantes secundaristas de diferentes pontos do país.

O encontro marcou um avanço importante na construção do PT no setor estudantil. Até agora, a atuação dos PT entre os estudantes foi marcada pela divisão e pelo sectarismo entre suas distintas correntes, e a realização do ENEPT pode significar o início da superação desta etapa. As resoluções sobre os principais pontos em discussão — universidade, participação na União Nacional dos Estudantes (UNE) e no seu próximo Congresso e organização dos estudantes do partido — foram em

geral aprovadas por consenso, sendo o único ponto de votação a composição de uma coordenação nacional eleita para auxiliar o trabalho da Executiva Nacional no setor.

Apesar do pequeno número de delegados presentes, a avaliação feita pelo conjunto dos participantes ao final do encontro foi de que ele representou de certa forma a debilidade de organização do PT no setor estudantil, em contraposição à grande influência que o Partido possui nas universidades. E, que a representatividade do encontro esteve na participação unitária dos petistas de dezoito estados e na possibilidade de que a partir dele possa alterar-se qualitativamente o grau de organização do partido entre os estudantes e mudar também a qualidade da intervenção dos petistas no próximo Congresso da UNE, marcado para outubro em Campinas.



Teses Sindicais da Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista — Cz\$ 70,00

Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado Resolução do Secretariado Unificado da Quarta Internacional — Cz\$ 70,00

Ler é pensar com duas cabeças

- A teoria leninista da organização — Ernest Mandel Cz\$ 150,00
 - Da crítica ao populismo à construção do PT — Raul Pont Cz\$ 150,00
 - Caminhos da Construção — Agamenon Vieira Cz\$ 70,00
 - Pacto Social — da negociação ao pacote — Reginaldo Moraes Cz\$ 100,00
 - Reforma Agrária — a luta pela terra no Brasil — Isaac Akcelrud Cz\$ 80,00
 - O que é estrutura sindical — Vito Gianotti Cz\$ 70,00
 - A liberdade sindical no Brasil — Vito Gianotti Cz\$ 70,00
 - Violência rural e Reforma Agrária — Maria da Penha Cz\$ 50,00
 - Caderno Democracia Socialista vol. III — O desafio da Teologia da Libertação — Michael Lowi Cz\$ 50,00
- Pedidos à Editora Aparte Ltda.

EM TEMPO: DEZ ANOS

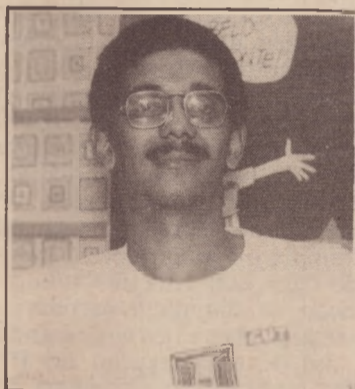
Entramos no terceiro mês da campanha pela manutenção e crescimento do **EM TEMPO**. Neste período alguns passos ainda pequenos mas importantes foram dados nessa batalha. Os companheiros do Rio Grande do Sul promoveram três debates visando fortalecer e divulgar a campanha: o primeiro sobre as reformas de Gorbatchov, já noticiado na edição n.º 217. Depois disso os companheiros realizaram dois outros debates: no início de julho os apoiadores do jornal em Novo Hamburgo promoveram um debate sobre "A política dos revolucionários no movimento sindical", que contou com a participação de um membro do nosso Conselho Editorial e de dirigentes sindicais da região; no dia 31 de julho a sucursal de Porto Alegre realizou um debate sobre "O marxismo e a Teologia

da Libertação", que contou com a participação de cerca de 400 pessoas. No Rio de Janeiro, foi realizado um debate sobre movimento sindical em Volta Redonda, também como parte da campanha de comemoração dos 10 anos do **EM TEMPO**: e do fortalecimento do jornal.

Estes passos iniciais são importantes mas estão ainda longe de garantir a sustentação política e financeira necessária para a manutenção do nosso jornal: até agora, a venda de novas assinaturas não corresponde às necessidades e possibilidades que temos, não só de transformar cada leitor em um futuro assinante, mas também de transformar muitos dos leitores do **EM TEMPO**: em propagadores da nossa campanha.

O primeiro passo nessa direção está sendo dado com a realização dos debates, que cumprem a função de divulgar as posições políticas defendidas pelo jornal e são um espaço privilegiado de contatos com novos assinantes. Mas isto somente não basta. O passo seguinte é que cada apoiador se transforme ele mesmo em um assinante. E o mais importante é que todos aqueles que compreendem a necessidade do **EM TEMPO**: continuem a dar sua contribuição ao processo de construção do PT e da CUT compreendam também que a manutenção do jornal depende sobretudo do esforço que realizarmos para multiplicar o número de leitores e assinantes do nosso jornal. Dez anos de história a serviço do movimento operário e popular são uma boa credencial. Mãos à obra!

Porque apoiamos o EM TEMPO:



CARLOS CALAZANS

Para todos nós que estamos empenhados na construção de uma alternativa dos trabalhadores para a sociedade brasileira, o **EM TEMPO**: vem dando uma enorme contribui-

ção na discussão dos rumos que devem seguir a nossa luta. Desde o combate à Ditadura, passando pela construção do PT e da CUT, e chegando aos atuais desafios colocados para nossa classe, o **EM TEMPO**: tem se destacado pela defesa da independência de classe dos trabalhadores e da democracia no nosso movimento. Ele tem de continuar a dar essa valiosa contribuição por muitos anos ainda.

Carlos Calazans é presidente do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte e membro da direção nacional da CUT.



GENOÍNO

O **EM TEMPO**: tem cumprido um papel importante, evidenciado ao longo de sua história, desde a denúncia dos crimes da Ditadura, destacan-

do-se a publicação da lista dos torturadores, onde ele foi o único jornal a ter coragem de publicar esta lista integralmente, até a cobertura dos movimentos grevistas. Outra contribuição é para a formação política de um amplo setor do movimento operário e popular, apresentando e discutindo as perspectivas desse movimento.

Eu também destacaria o fato de que esses dez anos refletem uma consistência do jornal, pois poucos foram os órgãos da imprensa alternativa que sobreviveram todo este tempo.

José Genoíno Neto é deputado federal e membro do diretório nacional do PT.

O **EM TEMPO**: deu uma contribuição indispensável à construção dos dois principais instrumentos de luta e organização dos trabalhadores brasileiros: o PT e a CUT. Discutindo a nossa luta de uma perspectiva revolucionária e internacionalista, o **EM TEMPO**: tem ainda um grande papel a cumprir, pois a luta dos trabalhadores pelo seu objetivo maior, o socialismo, está ainda longe de terminar. E a tarefa de um jornal como o **EM TEMPO**: nesse período de consolidação das definições do PT e de crescimento da CUT fica ainda mais ressaltada. Roosevelt Ruy dos Santos é bancário e membro das direções estadual do Rio de Janeiro e nacional da CUT.

EM TEMPO: Leia e assine

Quero assinar **Em Tempo** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 500,00 () Normal: Cz\$ 300,00

Nome:
Endereço:
CEP: Cidade: Estado:

Promoção especial para os meses de agosto, setembro e outubro:

1. Fazendo três assinaturas do **EM TEMPO**: você tem direito a escolher um dos Cadernos Democracia Socialista e recebê-lo gratuitamente em sua casa.
2. Fazendo cinco assinaturas do **EM TEMPO**: você pode escolher qualquer dos livros anunciados na página 11 ou dois Cadernos Democracia Socialista ou ainda receber, uma sexta assinatura gratuitamente.

Recorte o cupon e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda., Rua Francisco Leitão, n.º 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo. SP.

